

Atração infinitiva, assimilação, transmissão ou concordância: Notas sobre a filologia e linguística do Grego antigo

Caio Borges Aguida Geraldês¹

RESUMO

Apresento um arrazoado da história de descrição e análise da atração de caso em orações infinitivas do grego antigo, mostrando as correntes de interpretação desde Sánchez de las Brozas (século 16) e Claude Lancelot (século 17), passando pelos comentários filológicos e linguísticos do século 19 de Buttman (1833), Hermann (<1834?), Hocheder (1833) e autores da escola de Breslau até os autores transformacionais (Lakoff, 1970; Andrews, 1971; Quicoli, 1982) e minimalistas (Tantalou, 2003; Spyropoulos, 2005; Sevdali, 2013) do século 20 e 21.

Palavras-chave: *sintaxe; caso; concordância; atração de caso.*

ABSTRACT

I present a reasoning of the history of description and analysis of the attractive case in infinitive prayers of the Ancient Greek, showing the currents of interpretation since Sánchez de Las Brozas (16th century) and Claude Lancelot (17th century), passing through philological comments and Linguistics of the 19th century of Buttman (1833), Hermann (<1834?), Hocheder (1833) and authors of the Breslau School to the transformational authors (Lakoff, 1970; Andrews, 1971; Quicoli, 1982) and minimalists (Tantalou, 2003; SPYROPOULOS, 2005; SEVDALI, 2013) of the 20th and 21st century.

Keywords: *Syntax; case; agreement; case attraction.*

¹ Essa pesquisa não teria sido possível sem o financiamento concedido pela FAPESP por meio dos processos de número 2017/23334-2, 2019/18473-9 e 2021/06027-4. Agradeço também a José Marcos de Macedo, Philomen Probert, Clara Crepaldi, Esmeralda Negrão e Everton Bernardes pelas discussões sobre o tema. Todas as falhas, obviamente, são de minha responsabilidade.

1. Introdução

51

A atração de caso infinitiva em grego antigo² está entre o grupo de fenômenos linguísticos que, embora constem em gramáticas, ainda não possuem uma explicação canônica, tendo atraído de maneira muito ocasional e descontínua a atenção de filólogos e linguistas. Na falta de uma opinião compartilhada, a própria metalinguagem usada para falar desse tipo de fenômeno se torna inconstante.³ No caso específico da atração, ela ora é chamada por “atração”, ora por “assimilação”, “transmissão”, “concordância” (*agreement* ou *concord*). Na literatura de referência – isto é, em gramáticas e manuais de sintaxe –, não apenas variam sensivelmente nas definições dadas e na metalinguagem empregada, mas a própria menção ao tema é variável, por vezes tendo uma subseção dedicada à sua explicação, mas em outros casos relegada a um subparágrafo marginal, a uma nota de rodapé e, em casos surpreendentemente comuns, sequer ser mencionada. A literatura teórica é igualmente frag-

2 Há fenômenos similares em latim, lituano, armênio, eslavo eclesiástico antigo e gótico, alguns exemplos em Brugman (1925, p. 79f.) e Geraldles (2020, p. 35 n.13).

3 Ver abaixo a seção 4.

mentária: há séries temporais relativamente coesas em que o tema parece tomar a atenção de especialistas seguidas de longos hiatos de desinteresse e esquecimento.

Esta contribuição visa oferecer uma pequena história da reflexão sobre a atração de caso em grego antigo, desde seu batismo *accidental* pelo humanista Francisco Sánchez de Las Brozas (1523–1600, também chamado pelo nome latino Franciscus Sanctius Brocensis) às contribuições recentes de autores trabalhando no projeto minimalista chomskiano.

Antes de prosseguir, apresento aqui um par contrastivo sem (1-a) e com (1-b) a atração infinitiva. Em ambos os casos o possivelmente atraído aparece sublinhado e o item “atrator” com ondulado.¹ Um fenômeno semelhante, mas muito mais bem conhecido e explorado pela literatura de consulta e teórica, é a atração *relativa*, exemplificada por (2a-b). Trabalhos mais antigos, dos séculos XVI e XVII, via de regra tratam ambas as atrações como um mesmo processo gramatical, mas filólogos a partir do século XIX as consideravam suficientemente distintas para serem tratadas separadamente. Ressalto ainda que a atração relativa é muito mais recorrente entre diversos ramos das línguas indo-europeias do que a atração infinitiva.

(1) Atração infinitiva²

a. symboléw-ε: tḗ:j Ksenophḗ:nti elthónta ε:s Delphḗ:s anakojnoḗ:saj
 aconselha-3SG X.DAT.SG.M indo-ACC.SG.M para-Delfos interrogar.INF
 tḗ :j theḗ:j peri tḗ:s poré :as
 o-deus.DAT.SG sobre-a-viagem
 Ele aconselha Xenofonte ir a Delfos interrogar o deus sobre a viagem. (Xen. Anab.3.1.5)
 [Sem atração]

b. aphḗ :k-e mōj elthónt-i pros hymḗs lége:n
 permitiu-3SG PRON(1SG.DAT.SG) indo-DAT.SG.M frente-a-vós dizer.INF
 tale:thḗ
 a-verdade-ACC.PL.N
 Ele me permitiu ir frente a vós [e/para] dizer a verdade. (Xen. Hell. 6.1.13) [Com atração]

(2) Atração de relativo³

a. ... stygḗ:n-∅ hε: m' étikt-en
 ... odiando-NOM.SG.M REL(NOM.SG.F) PRO(1SG.ACC) deu-luz-3SG
 ... abominando aquela que me gerou ... (Eur.Alc.338, trad. Crepaldi) [Sem atração]
 b. hε: póli-s hḗ:n élab-en hápa-sin

1 Para garantir consistência, os exemplos correspondem à forma que estão editados no TLG^o (Pantelia, [s.d.]). A transliteração foi realizada automaticamente utilizando o pacote cltk (Johnson et al., 2014), seguindo a reconstrução fonológica apresentada em (Probert, 2010).

2 Exemplos retirados do banco de dados resultante de pesquisa anterior minha (Gerald, 2020, 2021). Todos os dados e *scripts* usados na coleta, anotação e análise estão disponíveis digitalmente em um repositório virtual <<https://github.com/caiogerald/master-data>>.

3 Exemplos retirados de Kakarikos (2014).

DET(NOM. cidade-NOM.SG.F REL(GEN.PL.N) obteve-3.SG todo-DAT.M.PL.
SG.F)
metédo:k-en
dividiu-3.SG
A cidade dividiu com todos tudo aquilo que obteve. (Isoc. 4. 29. 3) [Com Atração]

2. Origem do termo e conceito

O termo “atração de caso” surge nos “Novos Métodos” de grego e latim de Claude Lancelot (1658, 1709), um dos acadêmicos de Port-Royal, escola conhecida sobretudo por seu manual de lógica e sua gramática “universal”. A primeira ocorrência, historicamente, está no Novo Método Latino, como reportado pelo próprio autor no parágrafo referente ao fenômeno em Grego. Não apenas um dos muitos fenômenos do grego, a atração e sua diferença com relação à regência são consideradas a primeira regra da sintaxe grega:

Regra I. Distinguir atração de regência

A sintaxe do grego tem como sua primeira máxima distinguir a atração de regência. A primeira máxima que se deve seguir para bem compreender a construção grega é distinguir a atração do regime: pois os gregos têm por particular, como mencionamos no Método Latino, ao fazer reger ou concordar um caso, por vezes atrair para si outro nome, sem que seja governado pelo verbo ao qual ele reporta: assim eles dizem Σύνοιδα ἐμαυτῷ σοφὸς ὢν, Plat. Eu sei que sou sábio: onde σοφὸς ὢν se reporta ao nominativo de σύνοιδα, i.e. ο ἐγὼ oculto. Σαυτῷ συνήδεις ἀδικοῦντι, Demosth. Tu sabes que fazes mal: onde ἀδικοῦντι se reporta a σαυτῷ que o antecede. (Lancelot, 1658, p. 385) ⁴

A menção feita ao Método Latino reporta a passagem em que se comenta a ocorrência do mesmo fenômeno em latim, algo considerado então uma figura de linguagem na qual o autor latino se faria soar “à grega”, o “helenismo”. Essa hipótese fora herdada por Lancelot da *Minerva* de Sánchez de las Brozas (1587), que em sua seção sobre Helenismo, diz:

Por Helenismo, ou Construção à Grega, nós chamamos as ocasiões em que autores falam de maneira grega de tal forma que eles não conseguem se justificar por regras latinas. Linacre classifica o helenismo em uma multitude de classes; nós apenas explicaremos a Antiptosis, uma vez que ela parece ser a única que excede o cânone latino. (...) Não é raro que os gregos, de dois casos, se (em

⁴ Todos os trechos de gramáticas e manuais de sintaxe apresentados são de minha tradução.

termos) mutuamente referentes, [atribuam] ou um que é regido ou outro que é adjunto, como se um fosse carregado a partir do outro; assim, *περὶ λόγων, ὧν ἔλεξα*, i.e. *de verbis, quibus dixi, no lugar de quae (...)* (Brozas, 1587, §4.14)

A interpretação de Sánchez de las Brozas segue as de Budé (1556); Muret (1558); e Lambin (1577), todos os quais considerando que, por qualquer razão que seja, a atração de caso (mas também de gênero e número), seria um fenômeno do grego incorporado às descrições da gramática latina por gramáticos que não a entendiam tão bem (Brozas, 1587, §III.7). Todos eles empregam o conceito de *antiptosis* (ou “[atribuição de] desinência errada”), já utilizado por escoliastas helenistas ou bizantinos, que por sua vez era utilizado para marcar o fenômeno oposto, isto é, a ausência de “atração”.⁵

Desde Sánchez de las Brozas e Lancelot, a mudança importante no tratamento do fenômeno foi o abandono da terminologia clássica de *antiptosis* em prol do nome “atração”, pelo menos considerando que até então, *antiptosis* servira por um lado para apontar uma imperfeição formal dos textos gregos e auxiliar a interpretação dos leitores; e por outro para contrastar o sistema latino ao sistema grego e apontar “importações” de estruturas do último ao primeiro. Permaneceu, no entanto, a consideração de que as duas soluções possíveis seriam fruto de uma disputa de casos, um atribuído por regência, o outro pela influência de outro nominal correferente, explícito ou implícito.

3. Um pensamento unificador ou mera figura de linguagem

Pouca bibliografia parece existir sobre o tema durante o século 18 e isso se faz claro pelo prefácio da influente gramática de Buttman (1826), que cita sobretudo Lancelot (1658) como modelo. Seu capítulo reservado para as várias classes de atração em grego diz algo novo ou, pelo menos, não dito explicitamente nos autores dos séculos anteriores, ou seja, a atração tem uma razão estilística sendo uma figura de linguagem e listada entre estas, mas sobretudo é utilizada nos autores por uma razão *cultural*:

§151. I. 1. Um grande esforço pelo mais conciso, sobretudo dos áticos, eles que com frequência sacrificam a lógica estrita, eis o que isto [a Atração] é. Desta maneira eles buscam concentrar, tanto quanto possível, duas orações intimamente relacionadas em uma. (...) (Buttmann, 1826, p. 535)

5 Vide por exemplo o escólio H à Odisseia:

- (i) a. *καὶ δὲ σοὶ αὐτῷ ἔοικε μετὰ πρώτοισιν ἔόντα.*
E parece adequado a ti estar entre os primeiros. (Hom. Od. 6.60).
- b. *ἔόντα: σοὶ ἔόντα, ἀντίπτωσις, Η.*

Outro exemplo é o escólio ao verso 1238 da Medeia de Eurípides em que a falta de atração é considerada algo “fora do costume”. Há duas interpretações possíveis, a de que seja fora do costume da língua ou do autor. Neste caso em específico, prefiro a segunda opção.

Incluir a atração entre as figuras de linguagem utilizadas em grego antigo, e não apenas em latim na forma de *helenismo*, é novidade – pelo menos até onde podemos ver nos autores dos três séculos anteriores a Buttman. Essa interpretação reaparece em Hermann (em apêndice às suas *Adnotationes a Francisci Vigeri De praecipuis graecae dictionis idiotismis liber*, cuja publicação original deve ser datada entre 1813 e 1833, mas cuja edição aqui consultada data de 1834), que não inclui uma razão extralinguística para a ocorrência do fenômeno:

Segue-se um terceiro tipo de figura que se refere à relação: pela qual, quando posta na conjunção e união de sentenças, é necessário que a razão gramatical seja resolvida de duas maneiras: ou conjugando o que deveria estar separado, ou separando o que deveria estar conjugado. Assim, essa figura consiste em duas partes: atração e anacoluto. Por um lado, há a atração, que ocorre quando uma palavra, referindo-se a duas partes da sentença mas sem referir-se diretamente a uma única delas, une ambas em uma. (Hermann, 1834, p. 713)

Embora seja incerta a data de inclusão dos apêndices de Hermann em que a discussão sobre atração de caso ocorre, podemos postular um *terminus ante quem* no ensaio-manual escrito por Hocheder (1833) e dedicado exclusivamente à atração de caso, ao que tudo indica, o primeiro trabalho a se debruçar exclusivamente sobre este fenômeno, dado que neste tanto a interpretação “cultural” de Buttman e a interpretação estilística de Hermann são citadas. No texto de Hocheder, a escolha estilística e lógica por de trás da atração seria justificada por uma *griechischen Geistes-Thätigkeit* [disposição espiritual grega]:

Desta maneira, a atração está baseada no esforço psicológico de apresentar a parte na sua dependência sobre o todo ou no que inicialmente a governa, não meramente de modo lógico, mas também com preponderância estética. O esforço por brevidade completa, assim chamado por Buttman, é um esforço pela unificação do que foi dividido, pela erradicação de tudo que separa ou rompe, a fim de produzir um entendimento unificado do duplo. O subordinado lógico e estético é tomado no organismo do termo ou sentença que é mais importante para o propósito da pessoa o performando e um duplo aparece em sua mais íntima interpenetração como Um. (Hocheder, 1833, p. 6)

Se por um lado a justificativa do fenômeno aparece de modo bastante similar a Buttmann, Hocheder segue a classificação proposta por Hermann ao listar as diversas classes de atração de caso encontradas em grego antigo.

Em contraposição aos três autores citados, já no final do século 19 e começo do 20, acadêmicos concentrados em Breslau faziam estudos de coleta de exemplos e classificação de contextos de ocorrência, seguindo Richard Förster (1868, 1902). Förster (1868) é o primeiro autor que investiga as classes de atração em grego tomando como paralelo não apenas a contraparte em latim, mas também em siríaco, árabe, gótico e alto alemão antigo, argumentando que a gramática de Krüger (1852) já indicara que não seria necessário supor helenismo nas formas de atração latinas. Nos autores de Breslau, parece vigorar a interpretação de que a atração de caso, tanto em grego quanto em latim, é um fenômeno linguístico independente de explicações estilísticas ou culturais. Vide por exemplo May (1878):

Quando ele [Buttmann] diz: “Um grande esforço pelo mais conciso, sobretudo dos áticos, eles que com frequência sacrificam a lógica estrita, eis o que isto [a Atração] é”, isto não está correto, pois em quase todos os locais onde a atração deve ocorrer, parece que a gramática das sentenças, a estrutura da lógica das palavras parece desabar e o sentido não se realiza num esforço pela brevidade ao fazer os dois enunciados em um. (May, 1878, p. 6)

56

Nota-se, aliás, que, muito embora May não chegue a oferecer uma regra para “quando a atração deve ocorrer”, ele parece presumir que haja alguma regra desse tipo. Por fim, a ideia de assimilação, no sentido que se utilizava na linguística, tornara-se mais atraente e então mais frequente nos trabalhos dessa linha, passando a integrar posteriormente as explicações de Stahl (1907) e Wackernagel (1924).

4. Manuais de gramática e sintaxe

A abordagem dos autores de Breslau, de considerar a atração um fenômeno da língua independente de fatores *psicológicos*, se tornou base para os principais autores de manuais de gramática e sintaxe posteriores. Kühner e Gerth (1892, II pp.24ff.) em sua gramática são o melhor exemplo disto.

Se determinações predicativas adjetivais ou substantivais são adicionadas à oração infinitiva, elas ocorrem ou no mesmo caso do objeto pessoal por meio da atração ou em acusativo pela negação da atração.

(a) Genitivus c. Inf. Δέομαί σου προθύμου εἶναι ου γενέσθαι. Essa é a construção habitual de predicados com as cópulas εἶναι e γενέσθαι. (...) Mas quando o predicado de εἶναι e γενέσθαι é um substantivo, o substativo e a próxima determinação ocorrem, em geral, no acusativo. (...)

(b) Dativus. c. Inf. Συμβουλευώ σοι προθύμῳ εἶναι ου γενέσθαι. (...)

Nota 1. Por vezes, ambas as construções são encontradas. S. El. 960ff. ἦ πάρεστι

μὲν στένειν ... ἐστερημένη, | πάρεστι δ' ἀλγεῖν ... γηράσκουσιν.

Nota 2. Com a atração, ἔξεστίν ὑμῖν γενέσθαι εὐδαίμοσιν, a sensação de que o sujeito do infinitivo é o mesmo que objeto do verbo que o governa permanece bastante viva, enquanto a construção com acusativo, por outro lado, ἔξεστίν ὑμῖν γενέσθαι εὐδαίμονας, ela está no plano de fundo. (...)

A *sensação* de identidade entre objeto da principal e sujeito da infinitiva recupera o que Buttman e Hocheder consideravam uma marca da psicologia grega e Hermann uma figura de retórica, reconfigurada como um efeito semântico ou pragmático. Uma interpretação semelhante já fora proposta por Krüger em 1852, mas na qual o que se assume é que o efeito pragmático de realce evita a atração quando recai sobre o verbo infinitivo:

2.55.2.6[7] Quando o foco recai sobre o infinitivo, ele pode garantir seu sujeito acusativo normal sobre a atração de outro caso como o dativo e genitivo que podem vir naturalmente com a expressão governante. (Cooper e Krüger, 2002, p. 2501)

Autores posteriores passaram a dispensar justificativas semânticas para a ocorrência – ou falta – da atração. Desde as sintaxes de Goodwin (1900) e Stahl (1907), as gramáticas e sintaxes tratam a atração de caso como um fenômeno sintático apenas formal que pode ser naturalmente substituído pela contraparte construída sem concordância.

Condensando as informações das últimas duas seções, pode-se oferecer o seguinte panorama do tratamento dado pelos manuais de gramática e sintaxe do grego antigo para a atração de caso:

- Efeito da *psicologia* dos falantes de grego: Buttman (1826, §142), Hocheder (1833).
- Figura retórica: Hermann (1834).
- Efeito da semântica ou pragmática da sentença: Krüger (1852)⁶ e Kühner e Gerth (1898, §475)

6 Cf. também Cooper e Krüger (1997, p.774, pp.988f. e 2002, p. 2500–1).

- Apenas um fenômeno sintático: Goodwin (1900, p. 203), Stahl (1907, pp.643f.), Humbert (1945, p. 84), Schwyzer (1950, II p.368), Smyth (1956, p.278, p.440), Rijksbaron (2002, p. 105), Napoli (2014, pp.212f.) e Boas et al. (2019, pp.587f.).

5. Transformacionismo e minimalismo

A partir dos anos 70, quando os sintaticistas ligados à gramática transformacional, à gerativa e ao minimalismo buscam nas gramáticas do grego antigo informações sobre concordância de caso em línguas históricas, a literatura sobre a atração já parecia ter abandonado completamente as justificativas semânticas e pragmáticas para o fenômeno. O contraste entre os filólogos do século 16 ao começo do 20 e os autores mais recentes, no entanto, está no tipo de questão sendo trabalhada: se para os primeiros o intuito principal está em classificar, descrever e oferecer uma explicação para o fenômeno *interna* à língua de análise, os trabalhos dos últimos têm como ponto de partida a necessidade de refinamento de uma teoria e tomam a atração de caso como um dado bruto para este esforço.

A primeira série de discussões na linguística de cunho gerativista aparece nos trabalhos de linguística transformacional de Lakoff (1970), Andrews (1971) e Quicoli (1982). A atração de caso em orações infinitivas aparece no começo da formação da teoria gerativista como fonte de um problema teórico crucial, a saber, se Caso é atribuído na sintaxe, como ele poderia ser atribuído por concordância (*agreement*) após movimentos e deleções de itens da sentença? Entenda-se aqui que, para Lakoff (1970) e Andrews (1971), o NP realizado como objeto oblíquo dos verbos de controle que produzem o contexto da atração de caso foi gerado inicialmente dentro da oração infinitiva, copiado para a oração principal e a cópia original deletada por meio de EQUI. Além disto, neste período da linguística transformacional e gerativa, considerava-se que orações encaixadas já teriam passado por seu ciclo completo de transformação e todos os traços sintáticos já teriam sido atribuídos aos seus constituintes. Deste ponto de vista, seria difícil justificar como o caso produzido pelo governo de V (verbo principal) sobre NP (objeto oblíquo) poderia ser também atribuído no interior da oração infinitiva, cujos constituintes já teriam tido seus traços com função sintática saturados, incluindo Caso. Em vista aos exemplos do grego antigo, Lakoff (1970) e Andrews (1971) propõem que a regra de concordância entre nominais possa ocorrer fora do ciclo de transformações sintáticas, por meio de uma regra de aplicação global (entendendo-se a sentença como a unidade global da sintaxe), enunciada por Andrews (1971, p. 147):

(1) *A predicate modifier agrees with that NP which was its subject of the first cycle applying to that predicate modifier.*

Ambos assumem que esta regra é obrigatória, pós-cíclica e iterativa, de modo que a atração de caso é prevista a ocorrer sempre que uma expressão predicativa tiver um sujeito que tenha sido movido ou copiado para um nível superior, que ela ocorre após a aplicação de regras transformacionais cíclicas que por ventura atribuam outro Caso à expressão predicativa e sem limites para quantos níveis de intermediários ocorram entre a expressão predicativa e a cópia final do NP que tenha sido seu sujeito quando ela foi instaurada sintaticamente. A crítica de Quicoli (1982) a Lakoff e Andrews aponta que empiricamente não há razões para se acreditar que esta regra precise ser obrigatória (dada a presença abundante de contraexemplos), pós-cíclica (dado que regras descontínuas seriam *ad hoc*) e iterativa (seria necessário assumir que a relação de controle entre sujeito e expressão predicativa se mantém indefinidamente e independentemente de outros movimentos). Sua solução é assumir que há uma regra cíclica opcional que permite a reescrita dos traços de Caso atribuídos localmente quando o item excluído por EQUI ainda controla a expressão explicativa.

Parafraseando o resumo oferecido por Landau (2008. 877ff.), com o estabelecimento da teoria de caso abstrato (Chomsky, 1980, 1981; Rouveret & Vergnaud, 1980), passou-se a considerar que Caso possuiria a função de licenciar todos os sintagmas nominais realizados fonologicamente, tendo assim um efeito na sintaxe, de modo que sua atribuição a itens com traço [+nominal] deveria ocorrer por relações de controle e governo, diferentemente da atribuição de valores ϕ (i.e. semânticos, como gênero, número nominal etc.), cuja atribuição não teria motivação estritamente sintática. No entanto, exemplos de transmissão de caso violam as expectativas de que o sujeito de orações infinitivas em construções de controle é um PRO cujo caso é atribuído localmente (no caso do grego antigo, assume-se que PRO recebe ACU) e necessariamente controla a expressão predicativa, sendo a fonte dos traços de Caso para ela. Nestes casos, é necessário que de alguma maneira haja a suspensão do efeito do Caso de PRO em favor do caso não-local e que algum mecanismo determine a seleção entre as duas opções. A solução mais recente e aceita nos círculos minimalistas para essas necessidades teóricas é assumir que a periferia funcional esquerda da oração encaixada pode apresentar múltiplos graus de saturação e especificação, criando diferentes níveis de encaixe entre oração principal e infinitiva.⁷ Curiosamente, a periferia esquerda nos modelos minimalistas é responsável por conter informação semântica e pragmática das orações, recuperando, ainda que indiretamente, as descrições do século dezenove de Krüger e Kühner e Gerth sobre a atração, isto é, que há justificativas semânticas ou pragmáticas para a decisão do falante entre as duas construções, fato este brevemente explorado por Sevdali em seus trabalhos, embora sem grande detalhamento das condições.

⁷ Cf. Tantalou (2003), Spyropoulos (2005) e Sevdali (2007, 2013a, 2013b)

6. Conclusão

Dado os limites de espaço para a discussão, preferi cobrir uma maior extensão temporal, mesmo que panoramicamente. Dedico esta última parte para recapitular e apontar o que julgo serem os principais pontos teóricos desses momentos históricos na análise do fenômeno da atração de caso.

O interesse moderno sobre o tema parece ter surgido na comparação com a sintaxe latina, tida como modelo por Sánchez de las Brozas (1587) e, pelo menos em parte, Lancelot (1658). Pela raridade do fenômeno em latim em comparação com o grego, assumiu-se um caráter idiossincrático da construção atraída, em oposição à construção “à latina” considerada não-marcada.⁸ Estas conclusões foram mantidas na bibliografia contemporânea, sobretudo aquela dedicada à atração infinitiva em latim.⁹

Buttmann (1826) parece ter sido o primeiro a buscar uma explicação causal do fenômeno, por mais extralinguística que ela tenha sido, na forma de um investimento cultural ou psicológico de unificação de duplos por parte do falante/autor. Na mesma linha, mas com interesse sobretudo nos efeitos estilísticos das construções, Hermann (1834) desloca a explicação para a série de figuras de linguagem. Hocheder (1833) busca integrar ambos.

A escola de Breslau, aqui contemplada apenas por comentários sobre Förster (1868) e May (1878), move a discussão para longe do tema de estilo ou das explicações extralinguísticas em direção às coletâneas de exemplos e classificação sistemática deles. A conclusão desses trabalhos colaborou para uma interpretação da atração como um fenômeno linguisticamente motivado. Muito embora não se chegue a produzir uma hipótese dos processos subjacentes que a geram, sugere-se que a atração atuaria tal qual uma assimilação, que então eram assumidos como processos de mudança automáticos, o que os autores de manuais de gramática e sintaxe entre os séculos 19 e 21 aos poucos parecem tomar por certo.

A interpretação “mecânica” do fenômeno é retomada nos trabalhos gerativistas do século passado. Lakoff (1970), Andrews (1971) e Quicoli (1982) defendem que a atração é uma regra transformacional pós-cíclica/não-cíclica semelhante ou idêntica à concordância, disparada sempre para os dois primeiros, ou de maneira restrita e opcional para o segundo; e critérios formais, em oposição a critérios funcionais, são os responsáveis por validar essa regra. Trabalhos mais recentes feitos em outros modelos teóricos ainda aceitam essa hipótese geral de que a atração ocorre por razões formais, mas apenas nos casos de atração relativa e inversa.¹⁰

8 Para outro argumento a favor da hipótese de que construções atraídas serem linguisticamente marcadas, vide as evidências quantitativas oferecidas em minha dissertação (GERALDES, 2020).

9 Vide Cecchetto e Oniga (2002, 2004), Calboli (2009, p. 156–7) e Pinkster (2015, p. 1270–2).

10 Tuite (1984), Harbert (1990), Pittner (1995), Grimm (2007), Kakarikos (2014), Probert

Por fim, o formalismo das propostas transformacionais é diluído nas contribuições mais recentes de Tantalou (2003), Spyropoulos (2005) e Sevdali (2013a, b), onde fatores semânticos ou pragmáticos são colocados como possíveis causadores do fenômeno, ao tornarem mais interdependentes semanticamente as unidades constitutivas de um período composto.

O que me parece mais interessante, para concluir, é a frequência com que os grupos de autores se alternam em oferecer explicações formalistas e semanticistas. Muito embora seja difícil dizer que os trabalhos citados apenas se detêm cada um em uma única dessas explicações, é curioso observar como o modelo descritivo de Sánchez de las Brozas (1587) e Lancelot (1658), baseado na coleta de “exemplos idiossincráticos”, é seguido por um modelo muito distinto em Buttmann (1826), Hermann (1834) e Hocheder (1833), em que algum tipo de explicação semântica é o *desideratum* da análise, como que em paralelo à passagem do modelo transformacional de Lakoff (1970), Andrews (1971) e Quicoli (1982), sobretudo voltado a apontar em qual passo da formação de sentenças a atração de caso ocorre, para o modelo minimalista de Tantalou (2003), Spyropoulos (2005) e Sevdali (2013a), cuja principal contribuição para fora do programa teórico das autoras é trazer à luz a interface funcional do fenômeno.

(2015); e Meyer (2015).

Bibliografia

Andrews, A. D. Case Agreement of Predicate Modifiers in Ancient Greek. *Linguistic Inquiry*, 2(2), 127–151, 1971.

Boas, Evert van Emde et al. *The Cambridge Grammar of Classical Greek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Brozas, F. S. de las. *Minerva, seu de causis linguae Latinae*. Salamanca, 1587.

Brugmann, K. *Die Syntax des einfachen Satzes im Indogermanischen*. De Gruyter, 1925.

Budé, G. *Commentarii linguae graecae*. Basileae: Nicolaum Episcopium iuniorem, 1556.

Buttmann, P. *Griechische Grammatik*. Berlin: Ferd. Dümmler's Verlagsbuchhandlung, 1826.

Chomsky, N. (1980). On binding. *Linguistic Inquiry*, 11, 1–46, 1980.

Chomsky, N. (1981). *Lectures on government and binding*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1981.

62

Cooper, G. L.; Krüger, K. W. *Attic Greek prose syntax*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1997.

Cooper, G. L.; Krüger, K. W. *Greek Syntax: early Greek poetic and Herodotean Syntax*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002.

Förster, R. *Quaestiones de attractione enuntiationum relativarum qualis quum in aliis tum in Graeca lingua potissimumque apud Graecos poetas fuerit*. Berlin: [s.n.], 1868.

Förster, R. Die Casusangleichung des Relativpronomen im Lateinischen. *Jahrbücher für classische Philologie: Supplementband*, 27, 170–194, 1902.

Geraldes, C. B. A. *Case Attraction on Infinitive Clauses of Ancient Greek: A case study on Herodotus, Plato and Xenophon* [Master's Thesis, Universidade de São Paulo]. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2020.tde-12042021-174449>

Geraldes, C. B. A. *Dataset for Case Attraction on Infinitive Clauses of Ancient Greek in Herodotus, Plato and Xenophon*. Zenodo, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4906110>

Grimm, S. Case Attraction in Ancient Greek. Em B. Cate & H. Zeevat (Orgs.), *Proceedings of the 6th International Tblisi Symposium on Language, Logic and Computation: Lecture Notes in Computer Science* (Vols. 4663, Lecture Notes in Artificial Intelligence, p. 139–153). Springer, 2007.

Goodwin, William W. *A Greek Grammar*. Boston: Ginn & Company, 1900.

Harbert, W. Case Attraction and the Hierarchization of Case. *Proceedings of the Eastern States Conference on Linguistics*, 6, 138–149, 1990.

Hermann, J. G. J. Adnotationes. Em F. Viger, G. Hermann, J. C. Zeune, & H. Hoogeveen, *De praecipuis Graecae dictionis idiotismis liber*. Lipsiae: sumtibus Librariae Hahnianae, 1834.

Hocheder, F. von P. Über die Lehre von der Attraction in der griechischen Sprache. München: Königlichen Central-Schulbücher-Verlag, 1833.

Humbert, J. *Syntaxe grecque*. Paris: C. Klincksieck, 1945.

Johnson, K. P., Burns, P., Stewart, J., & Cook, T. *CLTK: The Classical Language Toolkit*. 2014. URL: <https://github.com/cltk/cltk>

Kakarikos, K. Case Attraction in Free Relative Clauses of Ancient Greek: A Study of the Syntax–Morphology Interface. *Major Trends in Theoretical and Applied Linguistics*, 1, 289–304, 2014.

Krüger, K. W. *Griechische Sprachlehre für Schulen*. Berlin: K. W. Krüger's Verlagsbuchhandlung, 1852.

Kühner, R. e Gerth, B. *Ausführliche Grammatik der griechischen Sprache*. Hannover: Hahn, 1898.

Lakoff, G. Global rules. *Language*, 46(3), 627–639, 1970.

Lambin, D. *Dionysii Lambini Monstroliensis regii professoris, In Q. Horatium Flaccum ex fide atque auctoritate complurium librorum manuscriptorum*. Francofurti ad Moenum: Ex officina typographica Andreae Wecheli, 1577.

Lancelot, C. *Nouvelle Methode pour apprendre facilement la Langue Greque:*

Contenant les regles de Déclinaisons, des Conjugaisons, de l' Investigation du Theme, de la Syntaxe, de la Quantité, des Accens, des Dialectes, & des Licences Poëtiques. Paris: Pierre le Petit, 1658.

Lancelot, Claude. *Nouvelle Methode pour apprendre facilement la Langue Latine: contenant les regles de Genres, des Déclinaisons, des Préterits, de la Syntaxe, de la Quantité, & des Accens.* Paris: Denys Marietti, 1709.

Landau, I. Two routes of Control: Evidence for case transmission in Russian. *Natural Language and Linguistic theory*, 26(4), 877–924, 2008.

May, E. O. *De attractionis usu Herodoteo.* Vratislaviae: Typis S. Schottlaenderi, 1878.

Meyer, R. *Case Attraction and NP-linking in Old Iranian.* 2015. URL: [https://www.academia.edu/13233789/Case%5FAttraction%5Fand%](https://www.academia.edu/13233789/Case%5FAttraction%5Fand%5F)

Muret, M. A. *Catullus, et in eum commentarius M. Antonii Mureti, ab eodem correcti, & scholiis illustrati, Tibullus et Propertius.* Venetiis: apud Paulum Manutium, Aldi F., 1558.

Napoli, M. Attraction (Mood, Case etc.). Em *Encyclopedia of Ancient Greek Language and Linguistics.* Ed. by G. K. Giannakis. Leiden: Brill, 2014.

64 Pantelia, M. C. *Thesaurus Linguae Graecae® Digital Library.* University of California. [s.d.]. URL: <http://www.tlg.uci.edu>

Pittner, K. The Case of German Relatives. *Linguistic Review*, 12/3, 197–231, 1995.

Probert, P. Accentuation. Em E. Bakker, *A companion to Ancient Greek* (p. 85–103). Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

Probert, P. *Early Greek Relative Clauses.* Oxford: Oxford University Press, 2015.

Quicoli, A. C. *The Structure of Complementation.* Ghent: E. Story-Scientia, 1982.

Rijksbaron, A. *The Syntax and Semantics of the Verb in Classical Greek: an Introduction.* Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

Rouveret, A., & Vergnaud, J.-R. Specifying reference to the subject: French

causatives and conditions on representations. *Linguistic Inquiry*, 11, 97–202, 1980.

Sevdali, C. *Infinitival clauses in Ancient Greek: Overt and null subjects, the role of case and focus* [PhD Thesis]. University of Cambridge, 2007.

Sevdali, C. Ancient Greek Infinitives and Phases. *Syntax*, 16(4), 324–361, 2013a. DOI : <https://doi.org/10.1111/synt.12004>

Sevdali, C. Case Transmission beyond Control and the Role of Person. *Journal of Historical Syntax*, 2(4), 1–52, 2013b. DOI: <https://doi.org/10.18148/hs/2013.v2i4.7>

Smyth, H. W. *Greek Grammar*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1956.

Spyropoulos, V. The syntax of Classical Greek infinitive. Em: *Universal Grammar in the Reconstruction of Ancient Languages*. Ed. by Katalin Kiss. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005. p. 295–337.

Stahl, J. M. *Kritisch-historische Syntax des griechischen Verbums der klassischen Zeit*. Heidelberg: Carl Winters Universitätsbuchhandlung, 1907.

Tantalou, N. Infinitives with overt subjects in Classical Greek. Em: Μελέτες για την ελληνική γλώσσα: πρακτικά της 23ης ετήσιας συνάντησης του τμήματος φιλολογίας του Αριστοτελείου Πανεπιστημίου Θεσσαλονίκης, 17-19 Μαΐου, 2002. Θεσσαλονίκη: Αφοι Κυριακίδη, 2003. p. 358–365.

Tuite, K. J. Case Attraction and Case Agreement. *Proceedings of the Eastern States Conference on Linguistics*, 1, 140–151, 1984.

Wackernagel, J. *Vorlesungen über Syntax mit besonderer Berücksichtigung von Griechisch, Lateinisch und Deutsch*. Basel: Kommissionsverlag von Emil Birkhäuser, 1924.